



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PROCESSO SELETIVO **2013**



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados da especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados da especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados da especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O direito à privacidade já desapareceu faz tempo no
 mundo em que vivemos. Esse direito foi desmantelado, antes
 mesmo que pelos espíões, pela imprensa marrom e pelas
 4 revistas cor-de-rosa, pela ferocidade dos debatedores políticos
 — que, em sua ânsia de aniquilar o adversário, não hesitam em
 expor à luz suas intimidades mais secretas — e por um público
 7 ávido por invadir o âmbito do privado a fim de saciar sua
 curiosidade com segredos de alcova, escândalos de família,
 relações perigosas, intrigas, vícios, tudo aquilo que
 10 antigamente parecia vedado à exposição pública. Hoje, a
 fronteira entre o privado e o público se eclipsou e, embora
 existam leis que na aparência protegem a privacidade, poucas
 13 pessoas apelam para os tribunais a fim de reclamá-la, porque
 sabem que as possibilidades de que os juízes lhes deem razão
 são escassas. Desse modo, embora por inércia continuemos
 16 utilizando a palavra **escândalo**, a realidade a esvaziou do seu
 conteúdo tradicional e da censura moral que implicava e
 passou a ser sinônimo de entretenimento legítimo.

Mário Vargas Llosa. **Aposentem os espíões**. Internet:
 <www.observatoriodaimprensa.com.br> (com adaptações).

Acerca da organização das ideias e da estruturação linguística do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto está dividido em três partes — apresentação de tese, apresentação de argumentos e conclusão —, demarcadas, respectivamente, assim: “O direito à privacidade já desapareceu faz tempo no mundo em que vivemos” (ℓ.1-2), “Esse direito (...) são escassas” (ℓ.2-15) e “Desse modo (...) entretenimento legítimo” (ℓ.15-18).
- 2 As relações semânticas textuais seriam mantidas caso, na linha 1, o vocábulo “já” fosse deslocado para imediatamente antes da expressão “faz tempo”.
- 3 A substituição de “continuemos” (ℓ.15) por **continuamos** não prejudicaria a coesão e a correção textual.
- 4 Na linha 1, o emprego do sinal indicativo de crase em “à privacidade” deve-se à presença do substantivo “direito”, cujo complemento deve ser introduzido pela preposição **a** e, como o núcleo desse complemento é um substantivo feminino determinado pelo artigo feminino **a**, este deve receber o acento grave.
- 5 O pronome “a” em “a esvaziou” (ℓ.16) retoma a expressão “a palavra **escândalo**” (ℓ.16) e exerce a função sintática de objeto.
- 6 Das ideias apresentadas no texto, depreende-se que, nas sociedades atuais, é tácito o rompimento da fronteira da privacidade, não mais havendo, portanto, o direito à impetração de ações na justiça sob a alegação de invasão de privacidade.

1 Uma pesquisa realizada em maio de 2001 pelo IBOPE
 nas nove principais regiões metropolitanas brasileiras indicou
 que apenas 20% da população estava conectada à rede mundial
 4 de computadores. Dos conectados, somente 87% navegavam
 por banda larga, conexão de alta velocidade. Apenas dois
 países, Estados Unidos da América (EUA) e Canadá,
 7 concentravam quase a metade do acesso mundial à Internet,
 precisamente 41%. A sociedade rica usa com intensidade as
 redes informacionais para se comunicar, armazenar e processar
 10 informações, enquanto os países pobres e em desenvolvimento
 têm suas populações distantes dos benefícios das redes
 informacionais.

13 O cientista político canadense Arthur Kroker já havia
 alertado, em 1994, sobre a constituição de uma nova classe
 dirigente composta de administradores, formuladores e
 16 executores da telemática, uma verdadeira classe virtual. Essa
 nova elite comandaria uma sociedade partida entre *inforricos*
 e *infopobres*. Sua hipótese se chocava com as inúmeras
 19 promessas de que o mundo teria encontrado uma tecnologia
 intrinsecamente incorporadora e democratizante.

Hoje, percebe-se que a tecnologia da informação não
 22 está tornando a sociedade mais equânime; ao contrário, seu
 rápido espraiamento pelo planeta está causando mais
 desigualdade e dificuldade de superá-la.

BRASIL. Portal *Software Livre* no Governo do Brasil. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. Internet: <www.softwarelivre.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos às estruturas linguísticas e à organização das ideias do texto acima.

- 7 No texto, o uso do futuro do subjuntivo em “comandaria” (ℓ.17) indica uma situação factual.
- 8 A forma verbal “navegavam” (ℓ.4) poderia ser usada no singular — **navegava** — sem prejuízo para a correção gramatical do texto.
- 9 De acordo com o texto, a maioria da população brasileira tinha acesso à Internet em 2001.
- 10 Os vocábulos “Político”, “hipótese” e “rápido” seguem a mesma regra de acentuação gráfica.
- 11 No trecho “uma sociedade partida entre *inforricos* e *infopobres*” (ℓ.17-18), o prefixo “*info-*”, em ambas as ocorrências, poderia ser substituído por **tecno-** sem que houvesse alteração semântica ou sintática do texto.

1 Enquanto o Brasil se apressa para tentar aprovar uma
 2 legislação que regule o uso da Internet após denúncias de
 3 interceptação de dados no país pelo governo dos EUA,
 4 especialistas divergem sobre a capacidade da Constituição e do
 5 Código de Defesa do Consumidor nacionais de proteger a
 6 privacidade dos usuários de redes sociais e de serviços de
 7 *email* e busca. Para um grupo de especialistas e professores de
 8 direito, não há dúvidas de que é crime, pelas leis brasileiras, a
 9 eventual entrega de informações de cidadãos a um governo
 10 estrangeiro sem autorização legal local. Segundo eles, nem
 11 mesmo a anuência com os termos de adesão de redes como
 12 Facebook e Twitter ou de serviços como o Gmail, do Google,
 13 que pressupõem armazenagem e processamento de informação
 14 nos EUA, tornaria legal a transmissão de dados ao governo
 15 norte-americano.

16 Sobre a suposta espionagem norte-americana, Ronaldo
 17 Lemos, colunista da Folha e fundador do Centro de Tecnologia
 18 e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro,
 19 afirma que “a questão ultrapassa o campo jurídico e vai para o
 20 de política internacional” e mostra as complexidades para os
 21 Estados nacionais legislarem sobre a rede. No Brasil, o tema
 22 envolve não só leis, mas também a infraestrutura de
 23 comunicações, como centros armazenadores de dados e
 24 condições de gerenciar o tráfego de informações.

Flávia Marreiro e Isabel Fleck. **Falta de legislação brasileira para a Web gera dúvida.** Internet: <<http://www1.folha.uol.com.br>> (com adaptações).

Julgue os próximos itens com relação à estrutura linguística e à organização das ideias do texto acima.

- 12 As formas verbais “afirma” (l.19) e “mostra” (l.20) são núcleos de predicados de orações que mantêm relação de justaposição e contam com o mesmo sujeito: “Ronaldo Lemos” (l.16-17).
- 13 Na oração “No Brasil, o tema envolve não só leis” (l.21-22), a expressão “não só” permite inferir que, nos EUA, a interceptação de dados pelo governo é uma questão que se restringe ao aspecto legal.
- 14 Enquanto, no primeiro parágrafo, tipicamente narrativo, o autor é impessoal e, por isso mesmo, isento, no segundo parágrafo ele afirma ter havido a interceptação de dados pelo governo norte-americano e serve-se da expressão “suposta espionagem” (l.16) para ironizar esse comportamento.
- 15 Na linha 1, o pronome “se” é elemento integrante da forma verbal pronominal “apressa” e indica reciprocidade.
- 16 Na linha 8, mantêm-se as relações sintáticas e semânticas do texto ao se deslocar o termo “pelas leis brasileiras” para depois de “que” e antes de “é crime”, com as devidas adaptações de pontuação.
- 17 No segundo parágrafo, o emprego das aspas marca a mudança de discurso do autor do texto.

1 Os serviços públicos de radiodifusão sempre tiveram
 2 papel crucial na sociedade democrática ao oferecerem acesso
 3 a informação, diversidade e identidade cultural e mecanismos
 4 que colaborem com a participação dos cidadãos no debate
 5 público. Em geral, eles atuam no sistema de mídia como
 6 complementares aos serviços comerciais, satisfazendo as
 7 necessidades de informação e os interesses aos quais o
 8 mercado não chega a responder. Ademais, a qualidade tem sua
 9 marca distintiva, muitas vezes servindo de parâmetro para o
 10 setor de mídia como um todo em países da Europa e nos EUA.

11 Historicamente, os organismos de radiodifusão de
 12 serviço público na Europa foram operados como monopólios
 13 protegidos por lei. Mas esses dias deixaram de ser uma
 14 realidade nas últimas três décadas com a entrada de novos
 15 competidores da iniciativa privada. Hoje, está em vigor um
 16 “duplo sistema”, embasado no equilíbrio entre organismos de
 17 radiodifusão de serviço público e comerciais.

18 Na América Latina, o conceito de radiodifusão pública
 19 é relativamente recente. Na maioria dos países do
 20 subcontinente, rádios e TVs sob controle de governos,
 21 universidades e fundações públicas, financiados com recursos
 22 do Estado, ainda não alcançaram plenamente a qualificação de
 23 meios públicos que sirvam como exemplo de pluralismo para
 24 os outros meios, de incentivo ao debate ou de uma produção
 25 jornalística independente. A condição de origem dessas
 26 emissoras, em parte, explica a dependência organizacional e
 27 financeira de governos para sua sustentabilidade.

Nélia R. Del Bianco *et al.* **Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina.** In: Estudos em comunicação, n.º 12, dez./2012, p. 155-81 (com adaptações).

Com base na organização das ideias e na estruturação linguística do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 18 A forma verbal “satisfazendo” (l.6) poderia ser substituída pela expressão **visto que satisfazem** sem prejuízo sintático e semântico para o texto.
- 19 O emprego da preposição em “aos quais” (l.7) se deve à regência do verbo “responder” (l.8).
- 20 O sujeito das formas verbais “atuam” (l.5) e “satisfazendo” (l.6) remete-se aos “serviços públicos de radiodifusão” (l.1).
- 21 Nas linhas de 11 a 13, o termo “os organismos de radiodifusão de serviço público na Europa” é o sujeito da oração construída em torno da locução verbal “foram operados” e o termo “como monopólios protegidos por lei” é um adjunto adverbial.
- 22 Não haveria alteração sintática do texto nem prejuízo à sua correção gramatical, caso o ponto-final imediatamente antes do conectivo “Mas”, no trecho “protegidos por lei. Mas esses dias” (l.13) fosse substituído por vírgula, da seguinte forma: protegidos por lei, mas esses dias.
- 23 O termo “subcontinente” (l.20) faz referência ao termo “América Latina” (l.18) e pode ser substituído, sem alteração de sentido do texto, por **sub-região continental**.
- 24 Na linha 13, embora não se identifique no texto um referente gramatical explícito para a expressão “esse dias”, pode-se inferir que ela remeteria a um tempo em que vigoram os “monopólios protegidos por lei” na operação da radiodifusão pública na Europa.
- 25 A correção gramatical do texto seria mantida se, em “acesso a informação” (l.2-3), fosse empregado o acento indicativo de crase: acesso à informação.

Julgue os seguintes itens de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR).

- 26** Os ofícios e memorandos que contenham mais de uma página não poderão ser impressos em ambas as faces das folhas de papel, mas seus eventuais anexos, sim.
- 27** Impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso da linguagem formal são princípios que se aplicam às comunicações oficiais, pois elas sempre devem permitir uma única interpretação.
- 28** O chefe de determinada seção administrativa pode expor sua convicção a respeito de uma demanda em um documento oficial, desde que utilize a linguagem impessoal e se comunique em nome do serviço público.
- 29** Os pronomes de tratamento, apesar de se referirem à segunda pessoa gramatical, levam a concordância para a terceira pessoa. Do mesmo modo, os adjetivos referentes a esses pronomes também fazem a concordância no gênero do pronome, ou seja, no gênero feminino.

Com base nas definições do MRPR sobre o formato das comunicações oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 30** A mensagem não traz a identificação de seu signatário.
- 31** No padrão ofício, o início de cada parágrafo do texto deve ter exatamente 3,5 cm de distância da margem esquerda.
- 32** Com a finalidade de tratar sobre assuntos oficiais, foram criados o aviso e o ofício, modalidades praticamente idênticas, sendo que o ofício tem a finalidade de informar o cidadão sobre decisões da administração pública que venham a interferir em sua vida, enquanto que o aviso tem a finalidade de informar quando tais decisões serão executadas.
- 33** O memorando, modalidade de comunicação entre unidades de um mesmo órgão, tem como principal característica a rapidez e a simplicidade de procedimentos burocráticos.
- 34** Tendo em vista sua característica burocrática, o memorando somente é utilizado em caráter administrativo.
- 35** Ao vetar uma lei, o presidente da República deve apresentar o seu veto mediante ofício, pois esta é uma exigência do princípio da publicidade das comunicações oficiais.

Em relação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

- 36** As penalidades aplicáveis pela comissão de ética incluem a advertência informal, a advertência formal e a censura ética, que devem ser informadas aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores para instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- 37** A negativa de tornar público um ato administrativo enseja comprometimento ético contra o bem comum, por parte do servidor responsável pela omissão, exceto nos casos justificáveis que envolvam segurança nacional, investigação policial ou interesse superior do Estado e da administração pública.
- 38** O servidor não deve obediência absoluta aos superiores hierárquicos, cabendo-lhe negar a prática de atos que visem beneficiar terceiros com favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou antiéticas.
- 39** Não se considerará servidor público, para fins de apuração de comprometimento ético, aquele que, por força de ato jurídico, preste serviços de natureza temporária e gratuita ao Ministério das Comunicações.
- 40** O servidor no exercício de suas funções públicas deverá preocupar-se com valores de natureza ética como legalidade, justiça, conveniência e honestidade.

Acerca da estrutura organizacional do Ministério das Comunicações (MC), julgue os itens a seguir.

- 41** As atribuições do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia incluem o desenvolvimento de meios para a difusão das inovações científicas e tecnológicas relativos aos serviços de telecomunicações, notadamente no que se refere aos projetos e programas financiados com recursos públicos.
- 42** Caso o Congresso Nacional aprove requerimento de informações destinado ao MC, caberá à Secretaria Executiva do MC providenciar o atendimento.
- 43** A Agência Nacional de Telecomunicações é uma autarquia especial que, embora esteja vinculada ao MC, possui autonomia administrativa.
- 44** A TELEBRÁS e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos são estatais que atuam como órgãos de assistência direta e imediata ao ministro das Comunicações.
- 45** Considere que o ministro das Comunicações não tenha compreendido com exatidão determinada lei e a tenha submetido à Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União (AGU) para interpretação. Nessa situação, caberá à Consultoria Jurídica da AGU fixar a interpretação da lei a ser uniformemente seguida no âmbito do MC e das entidades a ele vinculadas, quando não houver orientação normativa do advogado-geral da União.
- 46** Cabe à Secretaria Executiva do MC exercer a atividade de ouvidoria para questões relacionadas à sociedade.

Em relação às disposições acerca da estrutura organizacional do MC, julgue os itens subsequentes.

- 47** Considere que determinada empresa prestadora de serviço tenha cometido infração relativa a serviços de radiodifusão. Nessa situação, o Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica poderá propor a instauração de procedimento administrativo para apurar a infração, embora não possua autonomia para instaurá-lo.
- 48** Se uma empresa privada requerer licença para instalação e funcionamento de estação de serviço de radiodifusão, caberá ao Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica expedir-la.
- 49** Um dos assuntos da área de competência do MC é o serviço postal.
- 50** Caso o ministro das Comunicações reúna seus secretários e dirigentes e determine que sejam envidados esforços com o objetivo de ampliar a articulação e promoção da conectividade à Internet necessária à inclusão digital, de maneira consoante à política de banda larga do governo federal, caberá ao Departamento de Banda Larga articular e promover essa conectividade.